Mudança no reajuste pode fechar 35 mil

O diretor-superintendente da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, Basile Demetre Anastassakis, disse ontem, em entrevista coletiva, que as 35 mil escolas associadas à entidade poderão fechar as portas caso o Governo reveja o atual cálculo de reajuste das mensalidades da rede privada. Ele informou que a decisão será discutida em reunião que o setor realiza na próxima semana.

Os responsáveis pelas escolas decidirão, no máximo, até a próxima semana, se o semestre letivo será aberto, ameaçou Basile, que pediu "tranquilidade" para a rede privada funcionar. Ele classificou de "legal" os acordos que o setor procura assinar com pais, reajustando valores das mensalidades, independente de índice oficial. Explicou que a medida está prevista no artigo 2º do Decreto 95.291, que revogou o sistema de liberdade vigiada.

Basile criticou a representante dos pais no Conselho de Educação do DF, Edilamar Vaz, que aconselhou os pais de alunos a não assinarem acordos isolados com escolas privadas. "Não se justifica que um representante de órgão governamental vá à televisão pregar a de-

sobediência à Lei", disse Basile. "Isso me revoltou".

O superintendente da Federação não quis comentar, porém, denúncias de que escolas da rede estaria ameaçando pais com fechamento dos estabelecimentos e obrigando a entrega de acordos assinados, sob pena de proibir a entrada de alunos em aula. "A lei não especifica a maneira de se promover um acordo", observou.

— Se as crianças só podem entrar em sala de aula com o documento assinado por seu pais, o problema é do Sinep de Brasília; eu não posso interferir nos sindicatos, explicou Basile, durante a coletiva. O presidente do Sinep/DF, Jaime Zveiter, não foi localizado ontem à tarde para esclarecer as denúncias de coação encaminhadas ao Conselho de Educação por pais de alunos.

REVOLTA

Basile Demetre disse estar "revoltado" com declarações do secretário-geral do ministério da Educação, Luis Bandeira, segundo as quais o MEC vai analisar e julgar decisões do Conselho Federal de Educação (CFE), que aprovou

reajustes especiais por decurso de prazo a 148 escolas privadas, 58 das quais da cidade.

Ele observou que o MEC não tem competência para apreciar resoluções baixadas pelo CFE e explicou que os reajustes especiais, retroativos às mensalidades de dezembro do ano passado, foram autorizados depois de julgamento dos Conselhos Estaduais. Ele lembrou que a figura do decurso de prazo é prevista no artigo 7º do atual decreto que fixa critérios para o aumento da mensalidade.

Basile creditou ao Plano Cruzado a responsabilidade pelos aumentos das mensalidades e lembrou que após o descongelamento de preços, o Governo anunciou decreto que reduziu ainda mais os valores cobrados pela rede. Ele classificou de "inoportuno" o decreto que implantou a liberdade vigiada e o definiu como "cilada para os pais. O documento era ótimo, mas saiu em época errada. Se tivesse sido feito em novembro não haveria problema, pois os pais seriam previamente informados", analisou. Na opinião de Basile, uma nova reformulação agora no cálculo das mensalidades provocará "o caos" na educação brasileira.